

Valor, Custo e Utilidade Marginal – Parte I*

*Eugen von Böhm-Bawerk***

Resumo: Neste artigo, de fundamental importância para a compreensão do posicionamento histórico dos economistas austríacos com respeito à relação entre valor, custo e utilidade marginal, o autor responde a críticas elaboradas por Heinrich Dietzel contra os teóricos do valor marginal. O autor também discute a situação científica da teoria do valor no final do século XIX.

Palavras-Chave: Economia Austríaca, Teoria do Valor Marginal.

Value, Cost, and Marginal Utility

Abstract: In this article, which presents fundamental importance to the comprehension of the historical stance of the Austrian economists concerning the relationship between value, cost and marginal utility, the author answers to the criticism elaborated by Heinrich Dietzel against the theorists of the marginal value. The author also discusses the scientific status of the theory of value at the end of the 19th century.

Keywords: Austrian Economics, Marginal Value Theory.

Classificação JEL: B53, B19

* O presente artigo apareceu originalmente nos anuários de Conrad, *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, Dritter Folge, Dritter Band (Jena: Verlag von Gustav Fischer, 1892), p. 321-67. O texto original em alemão foi traduzido para o inglês por George Reisman. Os números em colchetes referem-se à paginação no original alemão. A segunda e a terceira parte do trabalho serão publicadas nas próximas duas edições do periódico *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*.

Traduzido da versão em inglês para o português por Ligia Maria Filgueiras.

** **Eugen von Böhm-Bawerk** nasceu em 12 de fevereiro de 1851 na cidade de Brno, na região da Morávia, no Império Austro-Húngaro. Estudou direito na Universidade de Viena, por onde se formou no ano de 1872. Trabalhou entre os anos de 1872 e 1880 no Ministério das Finanças do Império Austro-Húngaro, no qual ocupou diferentes cargos. Lecionou na Universidade de Innsbruck, entre 1881 e 1888, e na Universidade de Viena em 1880 e de 1904 a 1914. Foi embaixador austríaco na Alemanha em 1897. Ocupou em três ocasiões distintas o cargo de ministro das finanças, sendo o titular da pasta em 1895, de 1897 a 1898 e de 1900 a 1904. É autor da monumental obra *Kapital und Kapitalzins* [Capital e Juros], publicada em três volumes, respectivamente, em 1884, 1889 e 1909. Em língua portuguesa, dentre os seus inúmeros trabalhos, se encontra disponível apenas o livro *A Teoria da Exploração do Socialismo Comunismo* (Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010). Faleceu no dia 27 de agosto de 1914 na cidade de Viena.

I - INTRODUÇÃO

[321] Há mais de um ano, com seu ensaio "*die klassische Werttheorie und die Theorie vom Grenznützen*"¹ [A Teoria Clássica do Valor e a Teoria da Utilidade Marginal], que apareceu neste anuário e no qual declarou-se a favor da antiga e oponente teoria do valor, que baseia o valor dos bens nos custos, o professor Heinrich Dietzel (1857-1935) abriu uma polêmica contra a teoria moderna do valor da utilidade marginal. Este ataque não foi um caso isolado. Pouco antes, o eminente estudioso dinamarquês William Scharling (1837-1911) havia dado início a ela em seu ensaio, bem conhecido pelos leitores deste anuário, a respeito de *Werttheorien und Wertgesetze*² [Teorias do Valor e Lei do Valor]. Na Itália, Achille Loria (1857-1943) o faz com um espírito extraordinariamente belicoso³. Está presente até mesmo na França. Finalmente, está ocorrendo agora nos Estados Unidos com especial interesse e muita empolgação.

O surgimento e a rápida propagação desta controvérsia não são nem um pouco surpreendentes. São a consequência absolutamente natural da situação científica em que se encontra a teoria do valor no presente momento. Uma vez que a teoria da utilidade marginal teve apenas alguns partidários, só raramente era tema de polêmica. Nos últimos anos, entretanto, ganhou tamanha influência e prestígio na maioria dos países que começou seriamente a ameaçar o domínio da até então predominante teoria clássica do custo. Naturalmente, os partidários desta voltaram-se para a sua defesa, e assim, inevitavelmente, como acontece frequentemente na história da ciência, a batalha decisiva entre a velha e a nova teoria eclodiu ao longo de todo o processo.

¹ Nova série, Vol. 20, p. 561-606.

² Nova série, Vol. 16, p. 417ss. e 513ss.

³ Vide meu ensaio *Zur neuesten Litteratur über den Wert* [Sobre a mais recente literatura a respeito do valor] nestes anuários, série terceira, Vol. 1, p. 880ss.

[322] Desde o primeiro momento, considere a polêmica dos eminentes estudiosos como uma introdução a essa batalha decisiva, e não meramente como uma controvérsia passageira. E desejei elevar a controvérsia crescente tanto quanto possível acima do nível da polêmica habitual entre dois estudiosos. Desejei que ela pudesse estar livre de todas as inúteis discussões sobre irrelevâncias, sobre enganos inadvertidos, sobre observações casuais descuidadas ou pouco claras, que dizem respeito não às doutrinas em si, mas são apenas da conta pessoal dos autores. Desejei, portanto, que a controvérsia pudesse ser considerada não como uma competição entre pessoas, mas como uma verdadeira competição entre as próprias doutrinas.

Guiado por este desejo, permiti-me no *Zwischenwort zur Werttheorie* [Adágio sobre a Teoria do Valor]⁴ propor ao professor Dietzel uma série de perguntas preliminares visando o esclarecimento o mais preciso possível da questão real da disputa. Uma resposta genial a estas perguntas, a qual, na realidade, tanto pelo tom quanto pelo conteúdo, proporcionou-me diversas surpresas, seguiu-se, em pouco tempo, no extenso ensaio *Zur klassischen Wert- und Preistheorie* [Sobre a Clássica Teoria do Valor e do Preço]⁵.

Tarefas urgentes no meu trabalho oficial permitiram-me só agora apresentar minha réplica⁶. Foi inevitável, devido à natureza

⁴ Nova série, Vol. 21, p. 519ss

⁵ Loc. cit., p. 685 ss. Por uma questão de brevidade, nas páginas seguintes citarei sempre a primeira polêmica de Dietzel apenas como *Werttheorie* e a segunda como *Wert- und Preistheorie*.

⁶ Minha réplica, entretanto, estava quase inteiramente completa muito tempo atrás. Somente a última revisão, para a qual já não conseguia encontrar tempo, ficou para ser completada. Para que pudesse finalmente completá-la, tive que deixar de me envolver com extensas alterações ou acréscimos e, portanto, não estava também em condições de considerar ensaios que haviam aparecido no intervalo, tal como, em particular, o interessante ensaio de Patten a respeito de *Die Bedeutung der Lehre vom Grunznützen* [O significado da Teoria da Utilidade Marginal], Dritter Folge, Dritter Band 2, destes anuários, p. 481ss.

de toda a situação, que se revestisse também de polêmica. Eu não poderia dirigir-me a um desencarnado, despersonalizado fantasma da teoria do custo depois que Dietzel, um dos mais competentes representantes da teoria alemã, havia me confrontado com uma incorporação concreta dessa teoria. A polêmica impôs um elemento um tanto desagradável para mim na medida em que muitas vezes tive que corrigir Dietzel factualmente e, na realidade, corrigi-lo em suas declarações a respeito do que a teoria da utilidade marginal supostamente ensina e não ensina. Em todo o caso, espero que estas correções, cuja necessidade se me impôs, ainda que me tenham sido cansativas e desagradáveis, sejam de algum benefício. Porque se, até mesmo Dietzel, que fez da teoria da utilidade marginal o objeto especial de seus estudos e de seus ataques, não adquiriu o conhecimento correto de seu conteúdo, devo, de fato, supor que tal conhecimento possa não estar [323] presente no pensamento de muitos outros colegas, que tinham menos motivo para estarem familiarizados com essa teoria. E ao corrigir, portanto, diversos erros factuais de Dietzel, ao mesmo tempo elucidarei preconceito muito comum contra a teoria da utilidade marginal e, com ele, muito dos embaraçantes equívocos que ainda prevalecem.

E, infelizmente, devo fazer logo uma correção. Entre as surpresas na resposta de Dietzel a meu *Zwischenwort*, havia, acima de tudo, um comentário muito estranho que não posso interpretar de outro modo senão como uma objeção a um procedimento não muito adequado e, de fato, um tanto evasivo da minha parte.

Em linguagem clara e em tom de objeção⁷, Dietzel atribuiu-me a intenção, através do meu questionamento, de mudar novamente a discussão da base até agora escolhida pelos próprios teóricos do valor marginal e de “transferir a controvérsia para um outro campo”. Supostamente, mudo “o tema saindo da esfera da economia do indivíduo isolado, dentro dos limites em que Dietzel havia demons-

trado, indo para o campo da economia social”. Em minha terceira pergunta, tinha supostamente pedido a Dietzel uma teoria dos preços; em minha quarta, uma teoria dos salários.

Dietzel está enganado. Não lhe pedi nada além de uma explicação mais clara de suas próprias declarações. Que, ao fazê-lo, fui além dos estreitos limites da economia de Crusoé – embora não tanto quanto Dietzel supõe⁸ – está absolutamente correto, mas é somente a simples consequência do fato de que as próprias declarações e afirmações de Dietzel tinham ido além dessa esfera. Ele mesmo não apenas havia discutido reiteradamente casos concretos de formação do valor socioeconômico em seu primeiro ensaio de um modo nitidamente crítico e polêmico, mas toda sua abordagem, declarada no próprio título de seus ensaios, não visava senão opor a “teoria clássica do valor” à teoria da utilidade marginal. Praticamente na mesma frase na qual se opõe ao meu ir além da economia de Crusoé, enfatiza novamente que se atém à “teoria clássica”, formula-a com mais cuidado e de modo irrefutável, e acredita que tenha mostrado como essa teoria pode combinar com a teoria da utilidade marginal. Ora, que eu saiba, a teoria clássica não tem nada a ver com valor econômico subjetivo interno, mas somente com valor de troca socioeconômico. O que está em disputa sob o título de teoria clássica do valor *versus* teoria da utilidade marginal é a formação do valor socioeconômico, a formação do valor da economia moderna, [324] não da economia de Crusoé. E em tal discussão, em que o próprio Dietzel vai além dos limites da economia isolada sempre que quer, será que somente nós teóricos do valor marginal devemos nos cuidar para não falarmos de qualquer coisa a não ser de Robinson Crusoé e seus juízos de valor?

Não vamos brincar de esconde-esconde! O que interessa a Dietzel, a mim e ao públi-

⁷ *Wert- und Preistheorie*, p. 685, 686, 706.

⁸ O assunto de minha quarta pergunta, por exemplo, não foi de modo algum a teoria dos salários, mas apenas o valor *subjetivo* do bom trabalho.

co em nossas controvérsias não são, de modo algum, as imaginadas alegrias e tristezas, as reflexões e valorações de um inexistente Robinson Crusóé, mas as coisas que nos importam. O que se quer da ciência é que retrate o mundo real, e isso é o que nós teóricos do valor marginal procuramos sempre fazer. Para nós, Robinson Crusóé é um primeiro meio de investigação, uma ferramenta metodológica, e nada mais. Por bons motivos, exercitamos nossos olhos e o de nossos leitores, por um momento, em sua figura tranquila, antes de tentarmos entrar no cenário mais complicado da realidade total. Entretanto, a vitrine real de nossa teoria é a plena realidade socioeconômica. Nossa teoria do valor seria totalmente inútil, e seríamos incapazes de converter uma única pessoa a ela, se não pudéssemos mostrar que se aplica não apenas a exercícios na economia de Crusóé, mas também à realidade viva e plena.

Dietzel sabe disso tão bem quanto eu e, no entanto, quer que limite minha resposta a exercícios na economia de Crusóé! Realmente, será que não sabe que objeção – na verdade, injusta – frequentemente é feita a nós, teóricos do valor marginal? Esqueceu-se da objeção que ele mesmo nos fez há não muito tempo atrás? Neste próprio anuário, no máximo uns cinco anos atrás, Dietzel, criticando um trabalho de Friedrich von Wieser (1851-1926)⁹, rejeitou completamente a teoria do valor subjetivo, da experiência subjetiva da utilidade pelo indivíduo, como sendo da esfera da ciência econômica. Afirmou ser o problema social do valor de troca um problema exclusivo da ciência econômica. Duvidou se “*poderíamos, com qualquer perspectiva de sucesso, tomar o valor subjetivo como nosso ponto de partida para a explicação dos complicados fenômenos da vida socioeconômica*”. E incitou os teóricos do valor marginal a provar que sua lei da utilidade marginal esclarecia os fenômenos da economia social. Até agora, não foi capaz de

encontrar o elo entre a experiência da utilidade subjetiva do indivíduo e o funcionamento da sociedade econômica. Em resumo, Dietzel deu a entender tão claramente quanto possível que considerou toda a teoria do valor econômico interno subjetivo como nada melhor que uma frívola brincadeira de criança, sem qualquer utilidade para o problema real do valor econômico e incapaz de provar qualquer coisa a seu respeito.

[325] Agora vejo com satisfação que Dietzel de sua parte abriu mão completamente de sua opinião anterior. Mas que garantia posso ter de que isso fará realmente alguma diferença? Devo então refutar, diligente e pacientemente, diante de nossos leitores impacientes, nada além da psicologia de Robinson Crusóé do Dr. Dietzel de 1890, para depois descobrir, uma vez isso realizado, que um dos numerosos compatriotas intelectuais do Dr. Dietzel de 1885 volta a dizer que, embora isso possa estar inteiramente certo, ainda assim não significa nada para o mundo real – que, ainda que a utilidade marginal possa ser aplicada a Robinson Crusóé, para o mundo real a lei dos custos continua irrefutada? Meu estimado opositor que me perdoe, mas eu tinha, de fato, lhe dirigido meu *Zwischenwort* somente com a mais expressamente explicada finalidade de, finalmente, trazer a controvérsia a uma conclusão realmente definitiva. Quando, nestas circunstâncias, Dietzel exige que em minhas discussões eu tome o devido cuidado para não tocar exatamente nessa área na qual reside a substância do problema e exclusivamente na qual é possível convencer o público, só posso considerar essa exigência, meu estimado opositor que novamente me perdoe, como uma piada de sua parte e, na verdade, como uma piada um tanto maquiavélica.

E agora chegando ao ponto real.

O conceito no geral desfavorável de Dietzel a respeito da teoria da utilidade marginal pode ser sintetizado, aproximadamente, nas duas seguintes proposições: Na medida em que se aplica a bens que não sejam passíveis de reprodução, a teoria da utilidade marginal é verdadeira, mas não é nova; e na medida em

⁹ Veja a resenha de Dietzel do *Ursprung und Hauptgesetze des wirtschaftlichen Wertes*, de Wieser, neste anuário, nova série, Vol. 11, p. 161s.

que se aplica a bens que sejam passíveis de reprodução, é nova, mas não é verdadeira.

Não levarei adiante a discussão da primeira metade da visão de Dietzel. Zuckerhanel¹⁰ já disse com tanta eficácia o que quer que possa ser dito sobre ela que sou incapaz de competir com sua discussão. No máximo, quero expressar minha satisfação de que Dietzel agora reconhece metade da teoria da utilidade marginal como “verdadeira, mas não nova”. Isso já é um grande progresso.

Poucos anos atrás, o pensamento uniforme sobre a teoria marginal do valor era o mesmo que é agora o conceito de Dietzel a respeito somente da segunda metade dela, isto é, “nova, mas não verdadeira” (à época, Dietzel também não se opunha a esta visão, embora, na verdade, como revisor de um importante trabalho de Wieser, ele, pelos menos, teve facilmente a oportunidade de fazê-lo). Naquela época, eu era uma voz no deserto que esposava a verdade de uma teoria que a opinião geral condenava como herética e que, para suavizar tanto quanto possível a impressão de uma inovação estranha, me empenhava ao máximo [326] em pesquisar e tornar o público ciente de todos os vínculos e relações literárias que unem a teoria nova com a velha teoria clássica¹¹.

Se hoje metade da teoria, que era completamente rejeitada naquela época, é reconhecida como uma verdade banal que dispensa explicação, então eu e meus companheiros podemos prontamente aceitar a crítica de que em grande parte é porque convencemos as pessoas suficientemente bem sobre sua verdade. Podemos conviver muito bem com esta crítica. Bem entendido, gostaria muito de merecê-la para a segunda metade da teoria mar-

ginal do valor, em relação à qual Dietzel ainda hoje alega que é “nova, mas não verdadeira”. Se se admite a verdade de nossa teoria atualmente contestada, pode-se defini-la, tanto quanto se queira, como “velha”. De fato, ninguém procurou e mostrou mais avidamente as fontes literárias desta “época” do que nós mesmos temos feito há longo tempo.

II - O PONTO DE CONTROVÉRSIA

O que está, então, realmente em discussão entre Dietzel e os teóricos do valor marginal?

Grosso modo, pode ser expresso em muito poucas palavras: a diferença de opinião está na explicação do valor dos bens reprodutíveis e, certamente, na medida em que Dietzel atribui uma posição diferente à influência dos custos nesta explicação da que têm os teóricos do valor marginal.

Uma posição diferente até que ponto? Onde começa a diferença e até onde vai?

Aquele que obtém informações somente das polêmicas de Dietzel teria frequentemente uma impressão insatisfatória. Porque, como já mencionei, Dietzel frequentemente interpreta mal a doutrina dos teóricos do valor marginal. Atribui repetidamente a eles pontos de vista, e, na realidade, referentes a pontos importantes, que estão diametralmente opostos a seus reais pontos de vista claramente expressos. Mas o que é particularmente desconcertante é a predileção de Dietzel de passar por portas abertas e, em tom polêmico, confrontar os teóricos do valor marginal com doutrinas com as quais não só estão de acordo, mas que foram tiradas precisamente de seus próprios escritos, e depois desafiá-los a contradizer aquelas doutrinas. Nestas circunstâncias, a primeira e mais urgente tarefa é um esclarecimento corretivo daquilo com que os dois lados concordam e o que de fato está em discussão.

[327] Uma hora Dietzel nos acusa de não termos noção de “que para a categoria de bens reprodutíveis o nível do custo de reprodução, da quantidade de trabalho, determina a medida do va-

¹⁰ *Die klassische Werttheorie und die Theorie des Grenznutzens* [A Teoria Clássica do Valor e a Teoria da Utilidade Marginal] neste anuário, nova série, Vol. 21, p. 509 ss.

¹¹ Por exemplo, em meu *Grundzüge der Theorie des wirtschaftlichen Güterwerts* [Elementos Básicos da Teoria do Valor Econômico dos Bens] nestes anuários, nova série, Vol. 1, p. 503s., 534 etc.

lor”¹². Outra hora, declara como nosso “erro” não vemos que para “bens reprodutíveis a questão decisiva do custo conta”¹³. Numa terceira vez, Dietzel cita nossa proposição de que o valor de um bem é determinado pela importância da satisfação da necessidade que depende de sua posse, e acrescenta:

Os teóricos do valor marginal param com esta concepção, que em si mesma é irrepreensível. Seu erro é que não “acrescentam uma outra proposição para a categoria de bens reprodutíveis”, a saber, a proposição de “que sua presença poupa determinada quantidade de mão-de-obra” e que, portanto, “o valor subjetivo de bens substituíveis corresponde à quantidade de trabalho necessária para repô-los”¹⁴.

Reiteradamente menciona, em tom polêmico, a necessidade de se complementar a lei da utilidade marginal com uma lei do valor do custo¹⁵. Indaga, outra vez em tom polêmico, se no drama do valor não deveria ser atribuído um papel decisivo ao fator quantidade de mão-de-obra que, de fato, determina o tamanho da oferta e, por consequência, a “relação entre demanda e oferta”. E nos propõe que nós, os “novos”, procuremos reduzir esse fator ao papel mais modesto, “que só pode entrar no cenário econômico em casos excepcionais”¹⁶. Embora para bens reprodutíveis o método exato e perfeito de mensuração de acordo com o nível do custo de reprodução seja presumivelmente possível, nosso empenho é, supostamente, fazer circular, até mesmo para esta categoria de bens, o método menos exato, imperfeito, de avaliação de acordo com a utilidade ou a utilidade marginal¹⁷.

Quem quer que leia estas passagens, e numerosas passagens semelhantes, em que

Dietzel repetidamente postula a verdade e a vantagem da valoração do custo e nos critica por “negar” ou “não ver” o que quer que seja que se relacione com valoração do custo, deve necessariamente chegar à conclusão de que nós teóricos do valor marginal tínhamos realmente negligenciado a lei dos custos e, com base em caprichos doutrinários, tínhamos ignorado a abundância de conhecimento que pode ser obtido da relação entre custos e valor para a elucidação do valor.

Na realidade, ocorre exatamente o contrário. Quem quer que tenha lido nossos escritos, mesmo com pouca atenção, sabe disso. [328] Entretanto, para descartar qualquer dúvida e qualquer engano, quero fazer alguns poucos esclarecimentos:

1) Também reconhecemos plenamente a influência de uma “lei dos custos” para bens que são reprodutíveis. “Há uma lei dos custos” – escrevi certa vez – “os custos exercem uma influência importante no valor dos bens”¹⁸. “Que os custos de produção de bens exercem uma importante influência em seu valor é fato verificado tão bem pela experiência que é absolutamente indubitável”¹⁹. “É, de fato, correto, dizer-se que os custos determinam o valor”²⁰.

2) Nós também reconhecemos a necessidade de “complementar” a lei universal da utilidade marginal através de disposições especiais que se relacionem com o valor de bens reprodutíveis e cujo teor é precisamente a lei dos custos. E nós realizamos esta “complementação” detalhadamente, tanto para o campo do valor subjetivo quanto para o do valor objetivo e dos preços²¹.

¹² *Werttheorie*, p. 576.

¹³ *Idem. Ibidem*, p. 590.

¹⁴ *Idem. Ibidem*, 586–87.

¹⁵ *Idem. Ibidem*, 572, 582.

¹⁶ *Idem. Ibidem*, 582.

¹⁷ *Idem. Ibidem*, 606.

¹⁸ *Grundzüge der Theorie des wirtschaftlichen Güterwerts*, nova série, Vol. 13, p. 73.

¹⁹ *Idem. Ibidem*, p. 61.

²⁰ *Idem. Ibidem*, p. 71.

²¹ *Grundzüge*, p. 61 ss., 534 ss. **Positive Theorie des Kapitals** (Innsbruck, 1889), p. 189ss. e esp. pp. 234ss. [O material referido aparece na tradução para o inglês em BÖHM-BAWERK, Eugen. **Capital and Interest**, 3 vols., trad. George D. Huncke e Hans F. Sennholz (South Holland, Ill.: Libertarian Press, 1959), Vol. 2, p. 168-76 e 248-56. Vol. 2, p. 173-76. Estão online em http://www.capitalism.net/excerpts/boehm_q.htm].

3) Nós também compreendemos a lei dos custos de tal maneira que atribuímos ao nível dos custos de produção, ou seja, ao valor dos meios de produção, o *status* de uma causa – embora, na verdade, somente uma causa intermediária – em relação ao valor daqueles produtos aos quais a lei dos custos em geral se aplica. “Em nosso caso atual (o de bens reprodutíveis e de utilidade marginal direta maior), o valor do produto deve se acomodar” (ao valor dos meios de produção). “O valor de produtos de utilidade marginal direta maior ... chega a eles pelo lado dos meios de produção”²².

4) Em relação a isto, nós também reconhecemos que as mudanças nas condições de produção de bens reprodutíveis nunca deixam de provocar uma mudança no valor desses bens e, na verdade, até mesmo sem que tenha que haver uma mudança na oferta de produtos acabados²³. De fato, Dietzel afirma, com ênfase especial reforçada por repetições numerosas (*Werttheorie*, pp. 593, 596), que, “de acordo com os teóricos do valor marginal, nenhuma mudança no valor pode aparecer aqui” e no caso da mesma oferta mas custos de produção diferentes “a valorização de acordo com a utilidade marginal [deve] ser absolutamente a mesma.” E também não deixa de acrescentar, seja com grande ênfase quanto com inúmeras [329] repetições, a afirmação de que a “valorização de acordo com a utilidade marginal é incapaz de fazer justiça às influências no valor que provém do lado das condições de produção”²⁴. Ambas as declarações são prova somente do fato de que Dietzel não se familiarizou melhor com o texto e o espírito da teoria da utilidade marginal.

5) Finalmente, nós também reconhecemos o fato – no qual Dietzel põe tamanha ênfase – de que, na prática, o valor dos bens repro-

dutíveis é, em geral, diretamente estimado por agentes econômicos de acordo com os custos, e nós acrescentamos a este reconhecimento a única condição que, na realidade, o próprio Dietzel impõe, e deve impor, a de que o nível dos custos já é conhecido dos indivíduos que valoram ou é estabelecido para eles. “Inúmeras vezes já sabemos o valor dos bens de custo . . . e em todos estes casos medimos . . . o valor dos produtos simplesmente de acordo com seus custos”²⁵. Nem de longe temos a intenção de pôr o uso dos custos como um padrão “fora de ‘circulação’” ou de permitir considerações de que os custos “entram em cena somente em ‘casos excepcionais’”.

Em suma, a respeito de tudo que é verdadeiro e essencial na lei dos custos – de que os custos “determinam” o valor dos bens reprodutíveis, de que nós geralmente valoramos diretamente estes bens de acordo com o valor do custo, de que as mudanças que ocorrem no lado dos custos provocam mudanças no valor, e coisas tais – nós teóricos do valor marginal não omitimos nem negamos sequer um til. A única diferença é que – e eu acredito mesmo que Dietzel concordaria até certo ponto conosco, embora de forma alguma ele saiba até onde concorda conosco – a única diferença consiste no fato de que nós acreditamos que com a declaração da lei dos custos, ainda não chegamos ao fim da explicação.

A lei dos custos não é nenhum ponto de apoio no qual se possa basear o resto da explicação, sem o qual ela mesma necessita de uma sustentação. Antes, ela está no meio do caminho da explicação: ela explica determinados fenômenos, mas ela própria tem primeiro que ser explicada com base em outros fe-

²² *Grundzüge*, p. 70.

²³ Assim, por exemplo, numa ocasião, Wieser disse: “Casos do tipo discutido por último são evidentes no sentido de que o efeito do custo no valor dos produtos ocorre sem que a quantidade dos produtos seja afetada” (*Der natürliche Wert*, Vienna, 1889, p. 171; *Natural Law*, New York: Kelley e Millman, 1956, p. 178).

²⁴ Por exemplo, *Werttheorie*, p. 594.

²⁵ *Grundzüge*, p. 71. Que Dietzel também exige para a aplicação da medida do custo que os custos já sejam conhecidos, está na natureza do agente e, além disso, é muitas vezes claramente enfatizado por ele: “Assim que sabem o custo de aquisição, calculam de acordo com o valor do custo” (*Wert- und Preistheorie*, p. 688). “Assim que Robinson sabe [...]” (p. 688). “Entretanto, assim. . . [que] seu valor objetivo do custo é sabido” (p. 696). “Antes que soubesse do preço”, “assim que o preço [é] conhecido por X [...]”, “Agora vêm a saber [...]” (p. 697) e assim por diante.

nômenos mais gerais. A fim de oferecer uma explicação com esta conclusão necessária, nós teóricos do valor marginal fazemos um acréscimo. Note-se, não se trata de um acréscimo que contrarie ou diminua a validade da lei dos custos, mas que a confirma e a torna compreensível. Ou seja, nós complementamos a teoria do valor [330] dos produtos com uma teoria do valor dos meios de produção, ou bens de custo, pela qual chegamos à conclusão de que este próprio valor está, em última análise, mais uma vez fundamentado na utilidade marginal. Portanto, em nosso modo de ver, os custos aplicam-se não como uma causa final, mas somente como uma causa intermediária do valor dos produtos - embora muito importante e de amplo alcance. Foi este acréscimo que suscitou a oposição de Dietzel e a acusação de "terríveis desvios" e de um "retrocesso" científico. Dietzel insiste, com firmeza, que os custos são a causa última do valor das mercadorias reprodutíveis. Espero que a pesquisa a seguir seja suficiente para mostrar se é a visão dele ou a nossa que está correta, se nosso acréscimo neste caso foi um vício ou uma virtude.

III - AS DUAS VARIANTES DA TEORIA DOS CUSTOS: SUA CILA E CARÍBDIS

A teoria que vê nos custos o regulador final do valor dos bens é ensinada em duas variantes essencialmente diferentes. A diferença concerne à natureza daquilo que se denomina custos e a que se atribui influência determinante no valor dos bens.

Em uma variante - cujo tipo é representado mais claramente pela teoria socialista do valor do trabalho - faz-se referência, para a explicação dos fenômenos do valor, a quantidades, que são dadas através de relações externas puramente técnicas e, portanto, dispensam explicações adicionais dentro da ciência econômica, ou pelo menos dentro da teoria do valor. Por exemplo, à quantidade de trabalho, ao número das horas de trabalho

que a produção de um bem custou ou custaria. Tal teoria pode ser verdadeira ou pode ser falsa. Em todo o caso, entretanto, é uma teoria independente, uma teoria completa. Leva a explicação a um ponto que se encontra fora do fenômeno a ser explicado, que é um ponto de apoio para ela. Se, para a explicação do valor de um bem, posso referir-me ao fato de que sua produção custou sete horas de trabalho, referi-me, desse modo, a um determinado fato independente, que não poderá ser contestado ou discutido. Se me permito referir-me a ele para a explicação do valor dos bens, a explicação está completa com esta referência.

A pergunta é, de fato, se posso me permitir referir-me a ele. Aqui a ameaça são as rochas, como a Cila da teoria do custo, constituídas pelos fatos. A explicação baseada em quantidades de trabalho, e toda explicação relacionada a ela, vai a pique nas rochas. Porque é simplesmente factualmente incorreto que o valor dos bens reprodutíveis está relacionado apenas [331] com quantidades de trabalho a ser empregado. Por exemplo, os bens que exigem igualmente grandes quantidades de trabalho assim como diferentes gastos de tempo ou capital têm empiricamente valor muito desigual. Ou se, diante de quantidades totalmente inalteradas de trabalho, os salários a serem pagos por esse trabalho sobem, assim também, na prática, o valor dos bens em questão não deixará de subir. Dediquei uma detalhada explicação à crítica desta variante da teoria do custo em outro lugar²⁶ e não há necessidade de alongar-me nela aqui, especialmente uma vez que prevalece total acordo entre mim e Dietzel a respeito deste ponto.

Na verdade, em sua primeira polêmica, Dietzel usou, com certa frequência, expressões e modos de se expressar que, se consi-

²⁶ *Geschichte und Kritik der Kapitalzinstheorien* (Innsbruck, 1884), p. 403ss. e p. 427ss. [N. do T.: A tradução inglesa aparece em BÖHM-BAWERK, *Capital and Interest*, Vol. 1, p. 271ss. e 286ss. O leitor deve também ver, de Böhm-Bawerk, *Karl Marx and the Close of His System*. New York: Augustus M. Kelley, 1949, que foi escrito após o presente ensaio].

derados literalmente, poderiam também ser interpretados como emanações da pura “teoria do trabalho”. Entretanto, outras declarações contrárias de Dietzel e, especialmente, todo o espírito de sua teoria, me levaram até a suspeitar, naquela ocasião, que Dietzel não pretendia defender a estrita teoria do trabalho, que hoje, de fato, quase nunca é defendida fora dos círculos socialistas. Para eliminar qualquer dúvida, coloquei-lhe a primeira das quatro perguntas de meu *Zwischenwort*. Em sua resposta²⁷, Dietzel se dissociou da teoria do trabalho pura com toda a clareza desejável, ao explicar que, em sua opinião,

depende do nível de todos os custos, os quais, além das despesas de quantidades de trabalho, podem incluir outros elementos. E ao determinar o nível dos custos, o trabalho é considerado não apenas de acordo com sua quantidade, mas também de acordo com seu valor.

Neste comentário, as últimas palavras são decisivas. Ao se referir ao valor dos bens de custo, Dietzel se dissocia não apenas da teoria do trabalho, mas de toda a primeira variante da teoria do custo em geral. Assim, não preciso mais combater esta última, mas apenas observar de passagem, muito brevemente, que ela engloba, além da teoria da quantidade de trabalho, algumas outras formulações teóricas. Assim, por exemplo, a teoria pouco disseminada de que a quantidade de sofrimento ou de esforço do trabalho determina o valor, e a mais amplamente disseminada, mas tão pouco satisfatória, visão de que o valor é determinado pela soma do sofrimento com a privação (abstinência) a serem empregados.

Esse comentário de Dietzel nos remete mais propriamente à segunda variante essencial da teoria do custo. Esta variante distingue-se pelo fato de que, para ser sucinto, concebe os custos, que determinam o valor dos bens, como sendo, eles mesmos, uma soma de valores. O “nível dos custos” é o produto da quantidade de bens de custo empregados

multiplicados por seu valor. O trabalho de sete horas quando uma hora de trabalho [332] vale 10 *kreuzer* representa “custos” que são apenas metade do valor do mesmo trabalho de sete horas quando uma hora de trabalho vale 20 *kreuzer*. Não se pode ainda conhecer os custos se se conhece apenas a quantidade ou o número de unidades dos bens de custo consumidos, tais como as libras de carvão ou os dias de trabalho empregados. Além disso, deve-se conhecer e levar em conta o valor destas coisas. Os “custos” sobem e caem diante de um número e de uma quantidade inalterados de bens de custo quando o valor dos bens de custo sobe ou cai. Os custos são altos não apenas quando e porque uma quantidade grande de bens de custo deve ser empregada, mas também quando e porque o valor dos bens de custo é mais elevado. Em resumo, o valor retorna como um elemento nos custos demandados na explicação do valor.

Esta variante da teoria do custo está, obviamente, em vantagem em um ponto em comparação com a primeira variante mencionada, e em desvantagem em outro. Sua vantagem é que, com ela, evita-se alegremente o Cila dos fatos; fica-se de acordo com os fatos. Quando o ferro sobe de preço, os trilhos também sobem de preço, mesmo que para o resto as relações de produção técnica de ambos os bens tenham permanecido completamente inalteradas. A primeira variante, que não pode admitir aqui uma subida dos custos “reais”, conflita com tais fatos, enquanto a segunda, que de fato percebe o valor total dos custos aumentado, não encontra nenhum obstáculo.

Em consequência, está obviamente em total desvantagem num segundo ponto: a explicação que oferece não pode ainda ser conclusiva. Explica o valor dos produtos com base no valor de seus meios de produção. No entanto, como pode ser explicado o valor dos próprios meios de produção?

Aqui a ameaça é, como a Caríbdis da teoria do custo, a circularidade na explicação. Isto é, desde que os meios de produção sejam bens reprodutíveis, basta continuar a explicação na mesma linha e na mesma direção

²⁷ *Wert- und Preistheorie*, p. 691.

peculiar à teoria do custo, isto é, no sentido do produto para os meios de produção. Desse modo, por exemplo, pode-se explicar o valor do pão com base no valor da farinha, o valor da farinha, por sua vez, com base no valor do grão, o valor do grão, por sua vez, com base no valor dos bens de produção por meio dos quais foi produzido. Entretanto, quando se continua esta explicação através de algumas etapas, mais cedo ou mais tarde, encontra-se necessariamente uma etapa na qual já não se pode continuar. Em geral, logo se chega a um meio de produção que não é reprodutível; por exemplo, uma matéria prima que seja rara na natureza, uma ferramenta patenteada, e coisas semelhantes.

Entretanto, se não for logo, então de qualquer forma, em algum ponto, há de se encontrar o mais original e mais universal de todos os meios de produção: o meio de produção “trabalho”. Como se há de explicar adiante seu valor? Com base nos custos de produção do trabalho bom? Talvez, então, com base no valor e no preço dos meios de subsistência do trabalhador, pão, carne, roupa e sapatos? Entretanto, neste caso, estaríamos no meio de Caríbdis, no meio de uma explicação circular. Porque, de acordo com nossa variante da teoria do custo, [333] explicou-se, de fato, o valor do pão, da carne, da roupa e dos sapatos, na última análise, com base no valor do trabalho. Se explicamos o valor do trabalho, por sua vez, com base no valor dos meios de subsistência, estamos obviamente nos movendo em círculos. Completamente à parte disso, até mesmo os próprios defensores da teoria do custo dificilmente estarão inclinados a afirmar que se valora o trabalho do mesmo modo e tão diretamente com base no valor do custo quanto produtos reais! Uma vez que Dietzel, em particular, não fez esta afirmação²⁸, posso

²⁸ Eu ficaria feliz em ter obtido uma declaração clara dele sobre isto. Infelizmente, entretanto, entendeu mal minha quarta pergunta, referente a isso, e quando lhe perguntei sobre o valor subjetivo do bom trabalho, respondeu-me com declarações sobre a formação dos salários. Na medida em que, entretanto, repetia, com ênfase renovada, certas declarações sobre o valor

me desculpar de não prosseguir com a teoria do custo por esse beco sem saída.

Mas como se deve, então, continuar com a explicação? Eis aqui um ponto crucial. Não há outra escolha senão romper completamente com o caminho adotado até agora para a explicação ou continuar com ele, mas voltando no sentido contrário.

Romper: neste sentido, tendo chegado ao trabalho, já não mais se referir a seu valor, mas apenas à sua quantidade ou a um outro aspecto independente de valor; por exemplo, à quantidade de esforço ou sofrimento resultante do trabalho. No entanto, seguindo este curso, se cai de volta na primeira variante da teoria do custo e afunda-se, como já sabemos, na Cila dos fatos.

Ou no caminho contrário. Ou seja, reconhecer que o valor do próprio trabalho é determinado pelo tamanho de seus produtos, ou seja, pela magnitude da utilidade ou da utilidade marginal que seus produtos estabelecem, ou o que é apenas outro modo de se expressar a mesma coisa, pelo valor de seus produtos. Desse modo, entretanto, aquele que começou com o princípio de explicar o valor dos produtos com base no valor de seus meios de produção parece afundar, por sua vez, na Caríbdis de uma explicação circular.

O que nós, teóricos do valor marginal, fazemos agora e o que Dietzel faz? Nós, teóricos do valor marginal, antes de tudo reconhecemos clara e distintamente, que a explicação deve voltar no sentido contrário²⁹. Portanto, nós, sensatamente, tomamos o cuidado de não expressar a lei dos custos de um modo que nos forçaria, no momento seguinte, a desfazer as etapas explicativas que tivéssemos acabado de realizar. Temos o cuidado de não defen-

subjetivo do bom trabalho de seu ensaio anterior, posso considerar minha pergunta, portanto, como respondida indiretamente, entre outras coisas, como se respondida num sentido a ser discutido imediatamente.

²⁹ Em meu *Grundzüge*, p. 65 s., mencionei alguns antecessores não muito claros neste reconhecimento. Assim, se se desejar, pode-se acolher nossa concepção da teoria do custo, que ainda hoje é discutida, como “uma velha boa amiga” ou como uma “duplicata”.

der que os custos são, em princípio, [334] um regulador final ou definitivo para qualquer grupo de bens porque sabemos que para o próprio suposto regulador final teremos que, no momento seguinte, apelar, mais uma vez, para uma explicação baseada na utilidade marginal. Mas em vez de descartar a lei dos custos ou colocá-la contra a lei da utilidade marginal, da qual, certamente, não podemos prescindir em nossa própria explicação do nível dos custos, nós a incorporamos sistematicamente na lei universal da utilidade marginal. Aqui não preciso elaborar em detalhe como realizamos isto. Quem tiver o exaustivo trabalho de acompanhar a controvérsia entre mim e Dietzel se dará também ao trabalho menos exaustivo de consultar algumas páginas sobre ela em um dos escritos dos teóricos do valor marginal antes de formar um juízo definitivo³⁰.

Em vista disso, a ideia básica é apenas brevemente mencionada aqui. Todos esses bens e tipos de bens que podem ser produzidos de um único e mesmo meio de produção ou bem de valor – seguindo a prática de Wieser, nós os chamamos de “relacionados à produção” – desse modo, com este fundamento, fazem parte de uma espécie de comunidade dentro da qual o valor tem a tendência, em toda parte, de se apresentar no mesmo nível. Ou seja, assim como diversos espécimes do mesmo tipo de bem – por exemplo, diversas sacas do mesmo grão ou diversos *quintals*³¹ do mesmo ferro – têm que ter o mesmo valor, quando e porque podem ser obtidos à vontade para os mesmos serviços úteis e podem ser mutuamente substituídos um pelo outro, da mesma forma, nenhuma diferença de valor entre dois bens de espécies diferentes pode persistir quando e porque podem ser produ-

zidos ou substituídos à vontade e em qualquer quantidade desejada por meio de um único e mesmo terceiro bem - por meio dos bens ou bens de valor de seus produtores em comum. E assim como, além disso, o valor de cada uma das diversas sacas idênticas de grão é determinado, de acordo com a lei da utilidade marginal, pela utilidade da “última” e mais facilmente dispensável saca, assim também o valor de todos os bens relacionados à produção juntos é determinado pela utilidade do “último” e mais facilmente dispensável produto que é criado pela fonte de produção comum, ou, como dizemos, pela utilidade marginal do “produto marginal”. Isto dá a medida tanto para o valor do bem de valor comum quanto, através deste último, o valor de todos os outros produtos produzidos por meio do mesmo³².

[335] O próprio Dietzel é testemunha do fato de que com nossa interpretação da lei dos custos não chegamos nem a erros nem a contradições de nós mesmos ou dos fatos, no que ele, repetidamente, reconhece que nossa derivação do valor dos bens reprodutíveis da utilidade marginal de bens relacionados à produção está tão correta quanto sua derivação dos custos. “Para efeitos práticos, ambas as valorações, se executadas corretamente, conduzem

³⁰ Por exemplo, em meu *Grundzüge*, p. 61 ss. e 534 ss., e no *Positive Theorie des Kapitals*, p. 189 ss. e 234 ss. [A tradução inglesa aparece em BÖHM-BAWERK, *Capital and Interest*, Vol. 2, p. 168-76 e 248-56. Vol. 2, p. 173-76, que estão online em <http://www.capitalism.net/excerpts/boehm_q.htm>].

³¹ N. do T.: Correspondente ao peso de 112 libras.

³² Dietzel uma vez (*Werttheorie*, p. 590) se opõe a nós teóricos do valor marginal alegando que a nós “muitas vezes não ficou claro que o *punctum saliens* [ponto principal] do método de valoração se encontra na criação de uma relação de valor entre produtos que pertencem a tipos diferentes de bens”. Supostamente nos enterramos em avaliações de ofertas de bens de mesma espécie e “não estamos muito preocupados com a dificuldade de aplicar este método à mensuração do valor de ofertas que consistem em bens de tipos diferentes”. - Confesso que posso compreender esta objeção apenas sob o pressuposto de que Dietzel não leu nem a [335] teoria dos “bens relacionados à produção”, que foi tão bem trabalhada por Wieser, nem as discussões relacionadas ao mesmo assunto em meus escritos. Pantaleoni achou as explicações de Wieser a respeito deste ponto – de que Dietzel não toma conhecimento – tão notáveis que formulou uma lei especial, *la legge di Wieser* [a lei de Wieser]! (**Principii di economia pura**, 1889, p. 221 [*Princípios de Economia Pura*]).

ao mesmo resultado”³³. “Se calculo de acordo com o valor de custo ou se uso o valor, o resultado é o mesmo”³⁴. E Dietzel chama de “irrepreensível”, até mesmo com relação aos bens reprodutíveis, nossa proposição de que o valor de um bem “é determinado pela importância da satisfação da necessidade que depende da posse do mesmo, que seria perdida com a sua perda”; portanto, é determinada por nossa “utilidade marginal”³⁵.

Entretanto, o que é que o próprio Dietzel faz e ensina? Todos que leram a sarcástica polêmica de Dietzel contra os teóricos do valor marginal não de esperar, do mesmo modo, uma veemente contraposição de sua teoria positiva. Surpreendentemente, no entanto, esta expectativa será frustrada. Antes de mais nada, Dietzel também se dá conta e reconhece que, para qualquer meio de produção final, por exemplo, para o trabalho, a explicação tem que voltar no sentido contrário. Já não pode ser mais conduzida pelo lado dos custos ou do sacrifício, mas deve, de repente, mudar para o lado da utilidade ou da necessidade. O trabalho, Dietzel chama a atenção³⁶, só está disponível em quantidade limitada em comparação com a demanda. É, portanto, um bem econômico e tem valor; e o nível deste valor é medido de acordo com a utilidade marginal que se pode obter com a unidade de trabalho. Deixemos Dietzel falar com suas próprias palavras. Chama o trabalho de “o dinheiro de compra original”, e continua:

Este dinheiro de compra só está disponível em oferta “limitada”. Com base nesta oferta limitada, Robinson Crusoe tem que atender à sua demanda ilimitada de bens úteis. Como consequência, cada fração de seu trabalho tem “valor” para ele - porque um aumento de possível satisfação de necessidade futura depende dele. Quanto maior sua “oferta” deste “dinheiro de compra original”, menos importantes as necessidades que Robinson é capaz de atender. Quanto menor a

oferta, mais importantes as necessidades cuja satisfação ele terá que frustrar. Quanto maior a oferta de trabalho, menor a “utilidade marginal” da fração; quanto menor, maior³⁷.

[336] Vamos fazer uma pausa aqui, por um momento, para perguntar: Como, no espírito desta discussão, se afigura a explicação completa do nível do valor dos bens reprodutíveis de acordo com Dietzel? Por razões fáceis de compreender, o próprio Dietzel não fornece uma explicação completa com grandes detalhes. Entretanto, através das discussões precedentes, forneceu-nos material para construí-la em seu espírito, e uma vez (p. 587) que ele mesmo o fornece, se ao menos fosse da maneira mais extremamente concisa.

De acordo com o que foi dito acima, a explicação completa deve ser lida: Valoram-se os bens reprodutíveis de acordo com a quantidade e o valor³⁸ do trabalho por cuja aplicação podem ser substituídos e cuja aplicação é poupada precisamente pelo fato de que eles já estão presentes como bens acabados. E estima-se o valor do trabalho poupado, por sua vez, de acordo com a utilidade marginal que, de outra forma, poderia ser criada por meio dele, ou seja, por meio dos bens úteis produzíveis por ele, ou, o que é a mesma coisa, de acordo com o valor dos produtos que se poderiam produzir com ele. Neste espírito, no lugar em que descreve a avaliação de acordo com o custo do modo mais breve, mas também mais completo, Dietzel tem o seu Robinson Crusoe dizendo, “simplesmente”: “Esta cabana me poupa 10 horas de trabalho, é do mesmo valor dos produtos que precisarei no futuro e que posso comprar da natureza com esta quantidade de trabalho”³⁹.

Então em que a explicação de Dietzel difere materialmente da explicação dos teóricos do valor marginal? Talvez Dietzel saiba; eu não sei. Dietzel explica o valor dos bens repro-

³³ Werttheorie, p. 601.

³⁴ Idem. *Ibidem*, p. 588.

³⁵ Idem. *Ibidem*, p. 586.

³⁶ Idem. *Ibidem*, p. 577 e repetidamente.

³⁷ Werttheorie p. 583; cf. também p. 587 e 594.

³⁸ Nosso adendo está de acordo com a explicação que está claramente presente em *Wert-und Preistheorie*, de Dietzel, p. 691; cf., acima, p. 26 [331].

³⁹ Werttheorie, p. 587.

dutíveis inicialmente com base na quantidade e no valor da relação custo-bom trabalho despendido; nós, teóricos do valor marginal, também. Dietzel explica o valor da relação custo-bom trabalho com base em sua utilidade marginal; nós também. De acordo com Dietzel, esta utilidade marginal se expressa no valor do mais dispensável dos bens úteis que poderiam ter sido produzidos, por outro lado, com o bom trabalho; ou, como dizemos, no valor de seu produto marginal. Esta é nossa opinião também.

Em resumo, onde Dietzel expõe completamente sua visão, ele explica o valor dos bens reprodutíveis exatamente da mesma forma, por meio do nível dos custos com base na utilidade marginal, como nós, teóricos do valor marginal, fazemos. A diferença é apenas que nós teóricos do valor marginal vemos todo o curso necessário das coisas desde o início, de uma só vez, e assim nos expressamos, enquanto que Dietzel sempre vê apenas uma parte de cada vez, e põe um ponto depois de sua primeira parte, que o levou aos custos, como se já tivesse chegado ao final. Censura as pessoas que viajam mais longe “por um terrível desvio”. Mas no final se vê forçado a também entrar no “terrível desvio” que conduz dos custos dos bens reprodutíveis à utilidade marginal dos bens dos produtores.

E agora eu pergunto: sob tais circunstâncias, valeu a pena [337] fazer um grande estardalhaço e vociferar contra os teóricos do valor marginal pelo fato de que eles fazem a lei dos custos retroceder à lei da utilidade marginal? Foi apropriado chamá-la de um “capricho” quando os teóricos do valor marginal se incumbiram de propor na lei da utilidade marginal uma lei unitária que incorporava a lei dos custos, ao invés de meramente pô-la de lado? E essa é realmente a marca de um ponto de vista científico tão mais elevado quando se declara, primeiro, com toda a ênfase possível, não ser a utilidade marginal, mas os custos, a causa última do valor dos bens e, no entanto, se é depois forçado a explicar esta suposta causa final, por sua vez, com base na utilidade marginal que, supostamente, não é a última?

Se fosse apenas uma questão de apontar alguma injustiça a meu estimado oponente, eu poderia concluir minhas observações confidencialmente. Entretanto, esse seria um trabalho feito somente pela metade e, em consequência, infrutífero. Vê-se facilmente que Dietzel tornou-se inconsistente. No entanto, percebe-se tudo isso muito facilmente. Todos devem logo dizer a si mesmos que um homem da sagacidade de Dietzel certamente poderia ter evitado se expor às críticas muito óbvias de inconsistência e circularidade, se ele não tivesse tido boas, ou pelo menos fortes, razões para isso.

Estas razões para inconsistência são o que se deve superar ou esclarecer, se se quiser ter conseguido algo com isso. Elas existem e operam não só no caso de Dietzel, mas em grande parte da opinião pública de nossa ciência, da qual Dietzel é apenas um representante individual, particularmente eloquente e combativo. É essa opinião pública, que se apegava à teoria do custo com poder e tenacidade inegáveis e com a mesma frequência com que tem sido combatida e vencida no curso anterior do desenvolvimento científico, que tem, até agora, ajudado a teoria do custo a conseguir uma nova ressurreição a cada vez. Nestas circunstâncias, seria quase inútil mostrar que a teoria do custo é inconsistente e contraditória na forma concreta pregada hoje por Dietzel, se não fosse possível banir completamente os equívocos contidos na teoria do custo, jogando uma luz sobre a última curva dos trens do pensamento que ontem conduzia os economistas clássicos à construção dela, e hoje conduz Dietzel, e amanhã poderá conduzir outros novamente.

Com esta finalidade, devo, portanto, ainda perguntar: que razões ou impressões conduziram Dietzel à sua atitude antagônica em relação à teoria da utilidade marginal?

Sem dúvida, uma parte disso, que não tem nada de modesto, vai por conta de uma causa puramente externa, da qual já tive que fazer menção repetida: por conta do conhecimento incompleto que Dietzel possui da teoria da utilidade marginal, que ele combate. Apa-

rentemente, Dietzel desenvolveu um determinado padrão da teoria da utilidade marginal, seguindo uma leitura superficial de uma parte — e talvez até de uma parte bastante modesta — da literatura da utilidade marginal, e direciona sua polêmica contra este padrão autocriado, [338] sem se preocupar se seu padrão representa ou não também o pensamento real dos teóricos do valor marginal.

Somente desta forma pode-se explicar por que Dietzel tantas vezes nos critica, no tom mais categórico, por observações que, na verdade, nunca fizemos, ou nos reparamos por omissões ou descuidos, enquanto que as questões supostamente esquecidas ou negligenciadas são tratadas extensa e profundamente em nossos escritos. Só desta forma pode-se explicar uma parte especialmente estranha de sua polêmica. Ou seja, Dietzel acredita seriamente que deve provar contra nós exatamente a parte de sua teoria que se transforma em teoria da utilidade marginal e nos reprova com ignorância e ignorando verdades que justamente nós, muito antes dele, desenvolvemos com grande consistência, e que ele simplesmente nos copiou.

Por exemplo, uma hora é uma questão da derivação do valor dos meios de produção originais, particularmente o trabalho. Dietzel começa com a “terrível trivialidade” de que o trabalho é um bem econômico, na medida em que está disponível para o agente econômico apenas em quantidade limitada, que o trabalho utilizado para a produção de um bem para os consumidores é indisponível para a produção de outro bem que de outra forma seria possível, que por esta razão imputa-se “valor” ao trabalho, e assim por diante⁴⁰. E faz a acusação contra nós (p. 578) de que “*essas trivialidades nos escaparam*”. Como se Wieser não tivesse devotado todo um longo capítulo para provar que, apesar de toda a aparência em contrário, o trabalho está sempre disponível em quantidade insuficiente e limitada⁴¹!

⁴⁰ *Werttheorie*, p. 578.

⁴¹ *Ursprung und Hauptgesetze des wirtschaftlichen Wertes*, p. 51ss; por exemplo, p. 62: “O trabalho é ... por causa de

Outra hora, (p. 580), Dietzel nos acusa de ter “negado” a “relação necessária entre o valor dos produtos e o valor dos bens de produção ou dos bens de valor” — nós, logo nós que, para dizer mais uma vez, dedicamos capítulos inteiros a provar a relação necessária entre o valor dos produtos e o valor dos bens de produção ou bens de valor! E Dietzel termina uma longa discussão (p. 594) sobre o fato de que não somente os produtos acabados, mas também o trabalho é valorado de acordo com a utilidade marginal, com as seguintes palavras polêmicas contra nós:

Foi assim realmente tão difícil ver que cada palavra que os novos dizem sobre a utilidade marginal da oferta de produtos, ou seja, os efeitos concretos do trabalho, pode ser transportada para a utilidade marginal do trabalho, ou seja, a causa abstrata de todas as ofertas de produtos!

Não dá para acreditar no que estamos vendo! Pode Dietzel realmente não ter se dado conta, ou ter-se esquecido completamente, de que nós teóricos do valor marginal conduzimos a teoria da utilidade marginal do modo mais completamente detalhado e enfático precisamente com respeito à valoração e ao valor dos meios de produção e do trabalho⁴² e que [339] tudo o que o próprio Dietzel sabe sobre valoração dos bens de produção de acordo com a utilidade marginal ele não pode saber de mais ninguém mas de nós? E ainda em outro momento⁴³, Dietzel insinua-me, com toda a seriedade, que eu contradisse uma sé-

sua quantidade muito pequena um bem econômico”. Além disso, cf. WIESER, *Der natürliche Wert*, p. 189ss [**Natural Value**, *op. cit.* p. 195 ss].

⁴² Veja, por exemplo, meu *Grundzüge*, p. 63 ss.; *Positive Theorie des Kapitals*, p. 234ss., esp. p. 243 ss. “As forças produtivas originais do país também se alinham de acordo com a classificação nos empregos mais gratificantes e recebem o seu valor e preço do último destes empregos” (p. 243). [Uma tradução um tanto diferente desta frase pode ser encontrada em BÖHM-BAWERK, **Capital and Interest**, Vol. 2, p. 253, onde aparece como a segunda frase do parágrafo dois. Veja também o Vol. 2, p. 248-56].

⁴³ *Wert- und Preistheorie*, p. 706.

rie de proposições que, na realidade, são tomadas de nossa própria teoria!

Que Dietzel, com base em tão fundamental equívoco de ambas as partes, encontrou de algum modo mais material para polêmicas do que qualquer um encontrou é compreensível. Entretanto, isto explica somente algumas das

polêmicas de Dietzel, não todas, sem dúvida. A maior parte das objeções de Dietzel está em razões e impressões que surgem a partir da própria questão. No que se segue, quero investigar e esclarecer estas razões e impressões, tão bem quanto possível. ∞